

*“A mulher tem que ser Livre como um
Pássaro e Corajosa como uma onça”*

Este texto se inicia com uma epigrafe, cheia de significados, dita por dona Lavinia, indígena Macuxi e uma das lideranças da OMIR – Organização Indígena de Roraima, durante um dos encontros de formação pelo fim da violência contra as mulheres da AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras em 2009.

Este mapeamento preliminar, embora faça um passeio sobre a história dos povos indígenas brasileiros, pretende mesmo é contribuir para visibilizar a história não contada, de dor, luta, organização, peleja e conquista das mulheres indígenas desse país. Como bem disse dona Lavínia, nós mulheres temos que ser livres como um pássaro e corajosas como uma onça, ela disse esta frase, incluindo a nós todas, mesmo falando especificamente da mulher indígena e das suas lutas. Portanto aqui, não queremos contar a história delas nem por elas, nem queremos esgotar tudo nesse mapeamento, este pretende ser as nossas primeiras impressões ou as impressões possível, mas como mulheres que têm uma responsabilidade com o presente e com o futuro, não podemos deixar o passado passar e o presente ficar oculto. Por isso, queremos dizer que essas mulheres e suas organizações existem e estão contando e inscrevendo suas histórias na história desse país, e que isso não pode continuar sendo invisibilizado. Este trabalho tem sido uma oportunidade para nós estreitarmos laços com o movimento de mulheres indígenas, com vistas ao fortalecimento da luta das mulheres no Brasil por uma vida melhor e sem violência. Esta tarefa de mapear as organizações de mulheres indígenas, foi assumida pela Articulação Feminista Marcosur e a Articulação de Mulheres Brasileiras. Estas articulações tomaram como desafio político construir um processo de diálogos interculturais em que tínhamos como meta inicial, nos conhecermos, intercambiarmos experiências, interseccionar as nossas lutas e juntas transformar o mundo em que vivemos, marcado por uma cultura machista, racista e de classe.

Foi com esta perspectiva que realizamos os Diálogos Interculturais no Brasil, que ocorreu no mês de agosto de 2011 em Brasília e reuniu lideranças de organizações de

mulheres indígenas e de setoriais de mulheres de organizações indígenas mistas e, integrantes da AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras, de diversas etnias e várias regiões do Brasil e caminhamos na busca de compreender e ampliar a nossa visão de como se dá o nosso modo de viver, o nosso modo de pensar e de compreender o mundo enquanto mulheres indígenas e não indígenas, enfocando o debate sobre o Bem Viver. Onde nos encontramos, onde nos diferenciamos e como podemos lutar juntas.

O caminho traçado para o mapeamento...

Iniciamos nosso mapeamento, em junho de 2011, já no processo de preparação dos Diálogos Interculturais no Brasil. A ideia inicial era mapear os grupos de mulheres indígenas organizados de todas as regiões do País, não necessariamente formalizados, mais que estivessem em pleno funcionamento. Tínhamos a pretensão de mapear , as principais lutas, os maiores desafios , quando surgiu e porque, e a forma de funcionamento dos grupos.

Apesar da AMB- Articulação de Mulheres Brasileiras ter entre as suas 81 representantes do comitê político (instancia esta, que dirige a AMB) , duas mulheres indígenas; ter realizado um processo de formação pelo fim da violência contra as mulheres com a presença de mulheres indígenas; e ter conseguido uma boa mobilização e participação dessas mulheres no II Encontro Nacional da Articulação de Mulheres Brasileiras, não tínhamos conhecimento de quantos grupos de mulheres indígenas existiam no Brasil. E este mapeamento se torna uma grande oportunidade para a AMB/AFM de com o mapeamento em mãos facilitar todo o nosso processo de articulação entre os dois movimentos: Mulheres indígenas e mulheres não indígenas.

Com esta constatação sabíamos que seria fundamental iniciarmos troca com as mulheres indígenas organizadas, desde o processo de construção dos Diálogos Interculturais. Portanto, iniciamos nosso contato com algumas lideranças indígenas, que nos ajudaram a mapear os grupos de mulheres indígenas no Brasil, como também

contribuíram para a construção dos critérios de escolha para participação das indígenas, como da metodologia do encontro.

Este primeiro momento foi bastante demorado. Logo veio o ponta pé inicial de nossos aprendizados : O tempo das indígenas é bem diferente do nosso tempo, as formas de comunicação também e as distâncias geográficas logo nos mostram as diferenças culturais neste Brasil...

Com os nomes dos grupos de mulheres indígenas, e suas referências, entramos primeiro em contato por telefone para explicar do que se tratava e depois enviar o roteiro, previamente preparado, para elas responderem com o grupo e nos reenviarem. Muitas destas lideranças vivem na aldeia e não tem acesso à telefone, nem à computador e internet. Elas só tem acesso às tecnologias de comunicação quando estão na cidade. Como não tínhamos recursos financeiros para fazer a visita *in loco*, que seria o ideal, tivemos de entrar em contato telefônico diversas vezes, reenviar o roteiro, muito embora isto fosse um dos instrumentos e critérios para a escolha das indígenas que participariam do encontro, tivemos pouquíssimos retornos.

Questões colocadas no Roteiro:

- 1- Quando e porque foi criado o grupo de mulheres indígenas que você participa?
- 2- Quais são as principais lutas?
- 3- Quais as principais vitórias
- 4- Como funciona o grupo? É uma coordenadora ou coordenação com mais de uma liderança?
- 5- Vocês têm debatido sobre o 'Bem Viver'? E discussão está presente na sua aldeia?
- 6- Seu grupo faz parte de alguma Articulação Nacional do Movimento de Mulheres Indígenas? Faz parte de alguma Articulação Nacional mista (homens e mulheres indígenas?)

O segundo passo, para o mapeamento foi realizar entrevistas, por telefone, a partir dos contatos que tínhamos sistematizado. Foram poucas as entrevistas, por telefone, , também com bastante dificuldades, pelo mesmo problema apontado acima. Nem sempre elas estavam em lugar que tinha sinal de celular. A grande dificuldade Como tínhamos poucos registros sobre o tema e poucos roteiros respondidos pelos grupos de mulheres, esta opção de realizar algumas entrevistas ajudou, por que na medida

que fui entrevistando as indígenas, elas mesmas foram informando outras organizações para contato. Por todas estas dificuldades, o caminho foi buscar apoio e informações em alguns estudos bibliográficos e pesquisas antropológicas, sites específicos dos próprios movimentos indígenas e especificamente com as mulheres indígenas, para complementar subsídios contidas no roteiro e nas entrevistas, publicações, matérias de jornais e sites de organizações, que desenvolvem trabalho com os povos indígenas.

A dimensão continental do Brasil ficou ainda maior frente ao nosso pouco recurso, dessa forma dificultando visitas aos grupos mais atuantes no movimento de mulheres de cada região. Embora tenhamos a consciência dessa lacuna, isso apenas nos deixou a pretensão de mais adiante continuar a aprofundar este mapeamento preliminar. Acreditamos que para ter uma visão mais apurada sobre os grupos mapeados, precisaríamos ter um contato mais amigável.

Os Povos Indígenas no Brasil

No Brasil, um país com mais de 190 milhões de pessoas, segundo dados do IBGE/censo 2010, apenas 0,4% (817 mil) da população são indígenas. Essa população fala mais de 180 línguas e se divide em 237 etnias. Muitos destes povos hoje falam português porque perderam sua língua de origem.

Ainda em pleno século 21, a violência contra os povos indígenas no Brasil ainda permanece. A grande luta deste povo em todo território nacional é pelo reconhecimento dos direitos originários às terras de ocupação original, que continuam sendo invadidas pelos madeireiros, garimpeiros, fazendeiros, e até pelo Estado, que continua construindo dentro de suas reservas, grandes projetos como, as hidrelétricas, que tem atingido de cheio as aldeias indígenas, e destruído o meio-ambiente, seus rios e florestas. Hoje no Brasil o povo indígena estão distribuídos entre 683 Terras Indígenas e algumas áreas urbanas. Segundo a FUNAI – Fundação Nacional do Índio, existem em torno de 70 tribos que ainda vivem isolados no Brasil, destes 29 foram confirmados, mais não -contactados. A maioria no estado do Acre e da Amazônia. Este

mapa abaixo, é para situarmos as aldeias indígenas contactadas no nosso País, segundo material pesquisado no ISA - [Instituto Socioambiental](http://www.instituto socioambiental.org/).

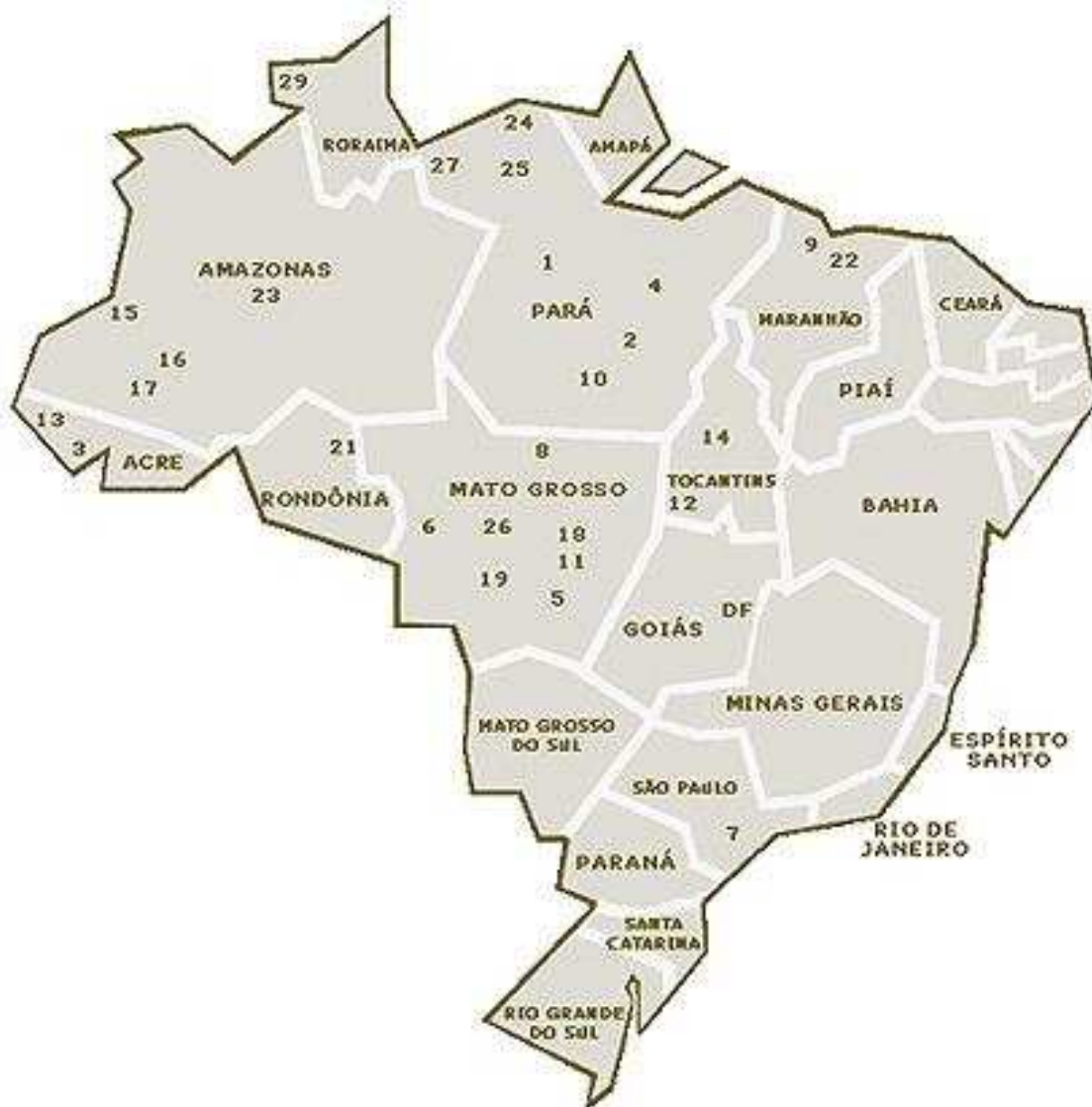


Tabela com a legenda da localização dos povos indígenas:

01- Arara	11- Suruí	21- Suruí
02- Araweté	12- Tembé	22- Tembé
03- Ashanina	13- Ticua	23- Ticua
04- Asurini	14- Tiriyo	24- Tiriyo
05- Bororo	15- Waiaa Apalaí	25- Waiaa Apalaí
06- Enawenê Nauê	16- Wauá	26- Wauá
07- Guarani	17- Waiai	27- Waiai
08- Juruna/ Yudja	18- Waiãi	28- Waiãi
09- Kaapor	19- Meho	29- <u>Ye'kuua</u>
10- Kayapó	20- Rikba	

O Movimento de Mulheres Indígenas no Brasil....

No Brasil, a história do movimento de mulheres indígenas se inicia também nos anos oitenta, na efervescência do surgimento dos movimentos de mulheres e feministas no nosso país. Foi nessa década que surgiram as duas primeiras organizações de mulheres indígenas: a Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (Amarn) e a Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Taracuá, Rio Uaupés e Tiquié (Amitrut). Essas organizações surgem em busca de seu protagonismo dentro do movimento indígena mais amplo, já que as mulheres indígenas, mesmo estando a frente das lutas, não eram consideradas lideranças.

Na década de 90, o movimento de mulheres indígenas vai criando corpo e tendo uma maior visibilidade, com a denúncia das discriminações vividas por elas, inclusive, as ocorridas no interior da própria comunidade. Nesta mesma época, em Roraima, as mulheres se mobilizaram para defender as lutas do povo Macuxi, Wapixana, Taurepang, Ingarikó, Wai Wai e Yanomami. Elas atuaram na linha de frente dentro do movimento indígena, como sujeito político, na luta pelos direitos territoriais, dando um grande exemplo de resistência. Essa resistência ficou bem marcada na reivindicação das terras dos indígenas da Raposa Serra do Sol, invadidas pelos arrozeiros da região. As mulheres indígenas de Roraima foram as protagonistas dessa luta.

Em 1996, as mulheres indígenas de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia participaram do Primeiro Encontro Estadual de Mulheres Indígenas . Em 1997, em Roraima, as mulheres indígenas lideraram a campanha contra o consumo de bebida alcoólica na aldeia. Isso porque elas atribuíam ao álcool, uma das causas mais fortes da existência da violência contra as mulheres indígenas por seus companheiros nas aldeias.

Em 1999, a OMIR - Organização das Mulheres Indígenas de Roraima realizou um

encontro estadual de mulheres indígenas, para discutir os direitos assegurados na constituição de 1988, reivindicar a contra - instalação dos Pelotões Especiais de Fronteiras na Aldeia Uiramutã e na Aldeia Ericó e denunciar o comércio de bebida alcoólica nas comunidades, os abusos sexuais contra as índias Yanomami e a violência contra outras mulheres indígenas na região.

Em maio de 2001, em Santarém (PA), na ocasião da Assembleia Ordinária da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), devido a organização e reivindicação das próprias mulheres indígenas, foi aprovada a criação de um espaço institucional específico, no interior dessa coordenação, para as demandas das mulheres indígenas da região.

Mas só foi em 2002, que aconteceu o I Encontro de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira. Foi nesse encontro que se consolidou o espaço institucional - Departamento de Mulheres Indígenas (DMI/Coiab) - com o objetivo de inserir dentro do próprio movimento indígena, os direitos e interesses específicos das mulheres indígenas, como demanda das políticas públicas no âmbito local, regional, nacional e internacional.

A construção do DMI - Departamento de Mulheres Indígenas – foi, sem dúvida, fundamental para o fortalecimento e criação das articulações de mulheres e organizações locais e regionais da Amazônia brasileira, possibilitando também que as outras regiões se organizassem.

A partir daí, o movimento de mulheres indígenas foi se consolidando e, em abril de 2006, se realizou um encontro em Brasília em que reuniu lideranças dos grupos de mulheres indígenas das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul. Nessa ocasião, essas mulheres se debruçaram sobre a discussão de quais os caminhos para fortalecer e organizar o movimento de mulheres indígenas, que ainda se encontrava muito fluído e quais as estratégias e o foco que elas deveriam investir, além do que já investiram dentro dos movimentos indígenas: a luta pelo seu território e por políticas públicas. E, a exemplo dos movimentos de mulheres e feministas não indígenas, elas decidiram

investir na luta pelo fim da violência de gênero, no interior das suas aldeias, uma vez identificado a violência doméstica e a discriminação de gênero como um problema estruturante a ser enfrentado.

Ainda nessa década aconteceram dois grandes encontros regionais de mulheres indígenas no país. O primeiro no início de 2007 a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoimne) realizou seu primeiro encontro regional de mulheres indígenas. O segundo aconteceu já no final desse ano : o encontro regional das mulheres indígenas da região sul, promovido pela Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpin-Sul).

Esses dois encontros tiveram como objetivo central o debate em torno da violência contra as mulheres indígenas no interior de suas aldeias rurais e no espaço urbano, no sentido de fortalecer as mulheres indígenas nos espaços domésticos e institucionais, para que as mesmas pudessem dar visibilidade a violência que elas sofrem. Elas reivindicaram também a garantia de vagas para as mulheres indígenas no Conselho Nacional pelos Direitos das Mulheres, como também nos conselhos estaduais, em que o movimento de mulheres indígena estava atuando.

Em setembro de 2011 em uma roda de conversa, em ocasião do planejamento estratégico da CONAMI – Conselho Nacional de Mulheres Indígenas – umas das questões centrais que trouxeram foi a luta pela garantia á educação, a saúde e a qualificação profissional para as mulheres indígenas do Brasil. Para a garantia destes direitos, destas políticas públicas , as indígenas afirmam que é preciso que o povo indígena seja consultado nos processos de elaboração de políticas públicas para as comunidades indígenas, e quando se trata de políticas publicas voltadas para as mulheres indígenas, elas também sejam consultadas primeiro. Só assim as políticas publicas podem ser eficientes e eficaz, por que será formulada e implementada de acordo com as suas realidades .

As mulheres indígenas organizadas, tem denunciado as discriminações sofridas por

elas nas suas próprias aldeias, que em algumas destas aldeias ainda existe a prática de casamentos forçados, além da violência doméstica, a violação das meninas indígenas, o acesso limitado das mulheres indígenas a propriedade da terra e outras formas de supremacia masculina. Para as indígenas, a dificuldade é enorme de denunciar estas violências sofridas por ela, para a justiça, por que além da dificuldade ao acesso a justiça, elas também sofrem retaliações no interior de suas famílias e da comunidade. É de uma complexidade imensa, a luta e resistência das mulheres indígenas, que sofre também todas as formas de discriminação, que as mulheres não indígenas no país sofrem. Segundo Rita Segato *“O direito das mulheres dos povos indígenas é, portanto, uma área complexa. Elas também são guardiãs a de dificuldades múltiplas. Depois de iniciado o período de contato intenso com a sociedade nacional , a mulher indígena padece todos os problemas e desvantagens da mulher brasileira, mais um: o mandato inapelável e inegociável de lealdade ao povo a que pertence, pelo caráter vulnerável desse povo. Se elas reclamam seus direitos baseados na ordem individualista, elas parecem ameaçar a permanência dos direitos coletivos nos quais se assenta o direito comunitário à terra e à divisão do trabalho tradicional na unidade doméstica como base da sobrevivência. Isso torna frágil a sua vontade e legitimidade na reclamação de direitos individuais, que são, por definição e natureza, “universais”, e cujos pleitos dirigem-se aos foros de direito estatal e de direito internacional, ultrapassando a jurisprudência tradicional do grupo étnico. (p. 31- Série Antropologia, n. 326 – UNB/2003).*

Por esta breve leitura bibliográfica e pelos materiais que conseguimos sistematizar para este mapeamento e também pelos resultados dos diálogos interculturais ocorrido no Brasil, podemos constatar que , as mulheres indígenas organizadas, tem lutado constantemente em âmbito mais geral, pela manutenção dos seus territórios e mais particularmente, por políticas públicas relacionadas a saúde, á educação e a geração de renda para as mulheres indígenas. Outra bandeira de luta bem presente no seio deste movimento é a luta pelo fim da violência contra as mulheres.

Muitos destes grupos de mulheres indígenas, principalmente os urbanos, tem se organizado também em torno do artesanato. Elas também são trabalhadoras informais

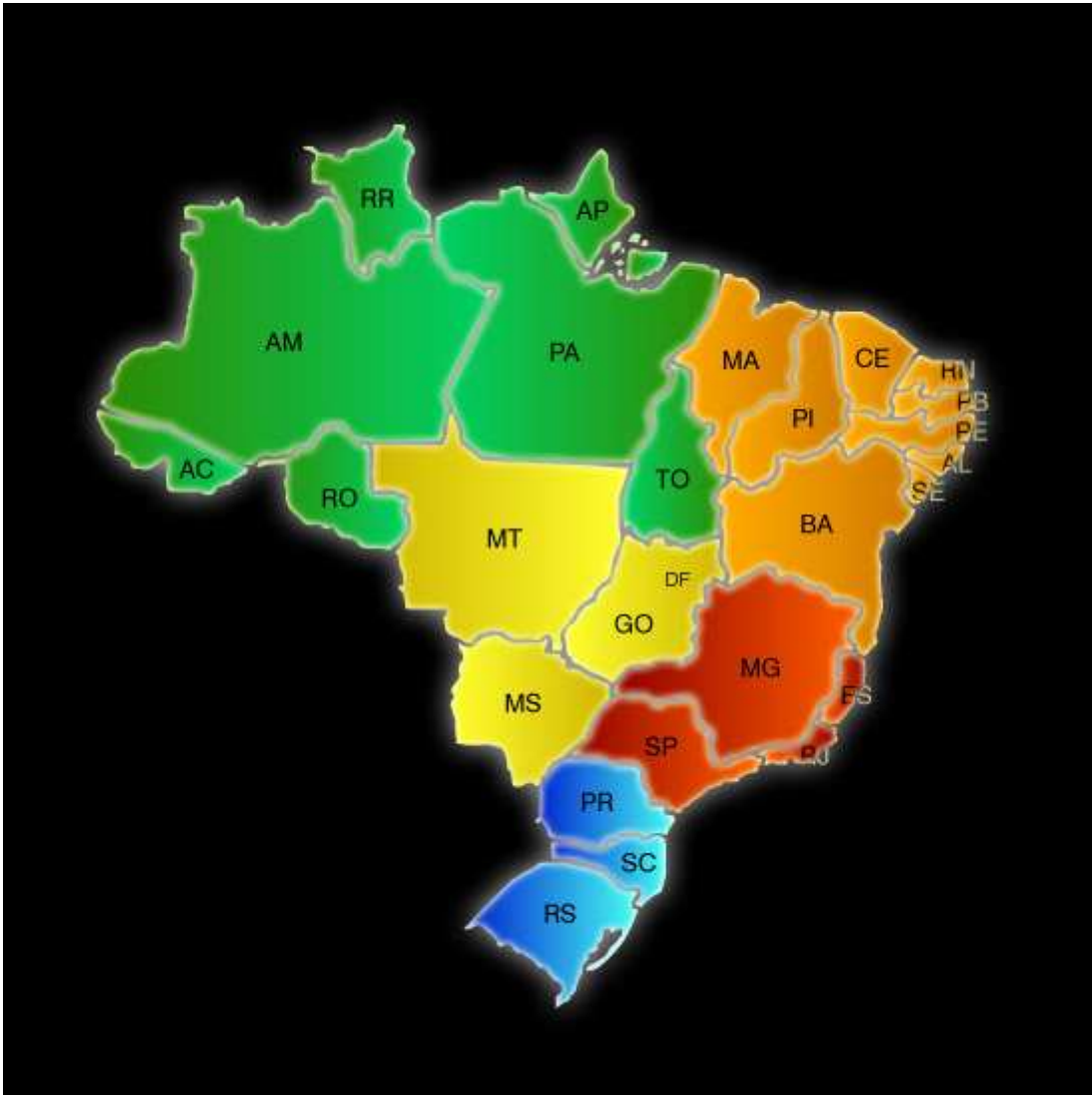
e participam em diversos estados dos grupos de economia solidária. O artesanato, tem sido uma forma de gerar renda para estas mulheres e suas famílias.

Em Relação a discussão em torno do tema Bem viver, tema este tão debatido nos movimentos indígenas de vários países da América Latina, no Brasil, as mulheres indígenas, este tema ainda é bastante incipiente. Isto ficou nítido em ocasião dos diálogos interculturais sobre o Bem Viver do Brasil, desde a sua preparação, os contatos anteriores e durante o encontro, as próprias indígenas e também as não indígenas, colocaram que este momento foi muito especial para a história do movimento de mulheres indígenas no Brasil, por que era a primeira vez que estas se encontraram para discutir o Bem Viver.

As organizações de mulheres indígenas no Brasil

Abaixo estão relacionadas as organizações de mulheres indígenas que estão em pleno funcionamento. Estão na tabela abaixo do mapa do Brasil por região do País, obedecendo as cores contidas no mapa. Estão contempladas organizações de âmbito nacional, estadual, municipal e local.

São 43 organizações. Como podemos constatar é na Região Norte onde está situada a maior parte das organizações de mulheres indígenas, um número de 25 organizações, sendo que 20 destas estão localizadas no estado da Amazônia. A região centro-oeste vem em seguida com 10 organizações, sendo que 08 destas se encontram no estado do Mato Grosso.



Divisão das organizações de mulheres indígenas por região e estados do Brasil:

Estados	Grupos de Mulheres indígenas
Região Norte	
Amazonas	Associação de mulheres indígenas urbanas de Manaus
	União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira – UMIAB
	Associação Vida Nova na Floresta – Boca do Acre
	Organização de Mulheres Indígenas TAKINA -

	Boca do Acre
	AMAI - Associação das Mulheres de Assunção do Içana
	AMIARN - Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro
	AMID - Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Iauareté
	Associação das Mulheres Pataxó povo(s): Pataxó
	AMIK - Associação das mulheres indígenas Kameba
	AMIMS - Associação das Mulheres Indígenas do Médio Solimões
	AMISM - Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé -
	AMIT Associação das Mulheres Ticuna povo(s): Ticuna
	AMITRUT - Associação das Mulheres Indígenas de Taracuí, Rio Uapés e Tiquié -
	AMIMSA Associação das Mulheres Indígenas do Médio Solimões e Afluentes
	UMIRA União das Mulheres Indígenas do Rio Aiari povo(s): Baniwa
	AMIBI Associação das Mulheres Indígenas do Baixo Içana povo(s): Baniwa
	UMIRA União das Mulheres Indígenas do Rio Aiari povo(s): Baniwa

	AMISM Associação das Mulheres Indígenas Sateré Maué povo(s): Sateré Mawé
	AMIDI Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Iauareté povo(s): Tariana, Tukano, Pira-tapuya, Maku Yuhupde, Desana, Arapaso, Kotiria
	SITOKORE – Organização de Mulheres Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Nordeste de Rondônia
Roraima	ADMIR - Associação Desenvolvimento das Mulheres Indígenas
	OMIR - Organização das Mulheres Indígenas de Roraima
Tocantins	Associação de Mulheres da Aldeia Portera
Acre	AMA - Movimento Articulado das Mulheres da Floresta Amazônica
Região Centro Oeste	
Mato Grosso	Associação de Mulheres Indígenas da aldeia Formoso
	Associação de Mulheres Indígenas do Povo indígenas do Carajá – Barra do Garça _
	COAMI-MT - Comissão de Articulação de Mulheres Indígenas do Mato Grosso
	AOMP - Associação Oridiona das Mulheres Paresi
	Associação de Mulheres de Otaparé
	Articulação das Mulheres Indígenas Xavante - Aldeia São Domingos Sávio
	AMINTU Associação de Mulheres Indígenas Terena Urbana

Brasília	CONAMI - Conselho Nacional de Mulheres Indígenas.
	APIB - Associação dos Povos Indígenas do Brasil
Região Sudeste	
Minas Gerais	Associação de Mulheres Krenak - Aldeia Resplendor
	AMP - Associação das Mulheres Pataxó
São Paulo	AMICOP - Associação das Mulheres Indígenas do Centro-Oeste Paulista-
	Associação das mulheres indígenas
Rio de Janeiro	GRUMIN - Grupo Mulher - Educação Indígena
Região Nordeste	
Alagoas	COIMI - Comitê Intertribal de Mulheres indígenas
Bahia	COMIL- Comissão de Organização das Mulheres Indígenas do sul da Bahia
Sergipe	Associação Indígena das Mulheres Xocó povo(s): Xokó
Ceará	AMICE – Articulação de Mulheres Indígenas do Ceará
Região Sul	
Paraná	Associação de Mulheres Indígenas Urbana Kaingang – Curitiba
	UNAMI - União Nacional das Mulheres Indígenas

Queremos destacar que entre estas 43 organizações de mulheres indígenas, existem 02 organizações nacionais : CONAMI – Conselho Nacional de Mulheres indígenas ; UNAMI – União Nacional das Mulheres Indígenas; 02 organizações regionais : SITOAKORE – Organização de Mulheres Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e

Nordeste de Rondônia e a UMIAB - União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira .

Dentre estas 03 organizações, estão localizadas nos espaços urbanos: Associação de Mulheres Indígenas Urbana Kaingang em Curitiba; GRUMIN - Grupo Mulher - Educação Indígena- Rio de Janeiro; AMINTU Associação de Mulheres Indígenas Terena Urbana – Campo Grande ; Associação de mulheres indígenas urbanas de Manaus.

Neste mapeamento preliminar, existem ainda diversas lacunas a serem preenchidas na continuação deste trabalho. Para um mapeamento completo, precisaríamos, como já foi destacado no início do texto de mais elementos, de mais tempo e de recursos para fazermos as visitas in loco e realizar as entrevistas necessárias, com as questões fundamentais para este trabalho. Destes grupos todos que encontramos, apenas 23 foram contatados, enviados os roteiros com algumas questões para nos subsidiar e destes apenas 08 foram respondidos e enviado para nós.

Também destes 43 grupos, só tínhamos os contatos, email, telefone de 20 grupos.

Portanto optamos para neste momento, não colocarmos informações apenas de 08 grupos. E nos comprometemos de seguir neste processo deste mapeamento, complementar as informações necessárias e acrescentar os grupos que ainda não estão neste mapeamento, por exemplo, os grupos de mulheres indígenas do Pará que não conseguimos ainda ter contato com nenhum. É importante, ou seja, fundamental que ao finalizar este trabalho, estejamos com todas as questões relevantes colocadas no início deste texto, além de termos todos os contatos destes grupos. Uma tarefa que que não tem sido tão simples conseguir.

No texto acima, falamos de maneira geral sobre a luta do movimento de mulheres indígenas no Brasil, mais precisamos esmiuçar mais, pesquisar, mais aprofundar, estas organizações e ter mais informações, sobre suas diferenças, suas articulações com os movimentos de mulheres não indígenas nas suas regiões e estados, suas relações com o próprio movimento indígena regional e nacional, entre outros, no sentido de dar uma real visibilidade para estas lideranças e para as organizações que fazem parte.

Precisamos também, ter mais informações sobre as suas etnias.

Finalizando, queremos dizer que este foi só o começo, que o trabalho para termos um mapeamento de acordo com o que queremos e necessitamos, para fortalecer a luta das mulheres indígenas e não indígenas precisa ter continuidade. Este é um compromisso assumido por nós.

Referencias bibliográficas:

PINTO, Alejandra Aguilar. “ reinventando o Feminismo: As mulheres indígenas e suas demandas de gênero”. Trabalho apresentado no Fazendo Gênero 9 – Diásporas, Diversidades e Deslocamentos – Agosto de 2010 – Florianópolis- SC.

SACCHI, A. “Mulheres indígenas: processo organizativo e as demandas de gênero”. In: VERDUM, R. (org.). *Assistência Técnica e Financeira para o Desenvolvimento Indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005.

salgado, J. (comp.). *Justicia Indígena. Aportes para um debate*. Quito: Adiciones Abya-Yala, Universidad Andina Simon Bolívar, 2002.

SEGATO, R. L. “Uma agenda de ação afirmativa para as mulheres indígenas no Brasil”. *Série Antropologia*, n. 326. Brasília: Departamento de Antropologia/ Universidade de Brasília (UnB), 2003. Documento disponível na web, no seguinte endereço: www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/outros/Acoes%20para%20mulheres%20indigenas.pdf

VERDUM, Ricardo (Org.). *Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas*. Brasília: Inesc, 2008. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/outras-publicacoes/LIVRO%20MULHERES%20INDIGENAS1.pdf>.

Relatório dos Diálogos Interculturais sobre o bem viver (AMB/AFM) - Brasil – Ag de 2011

Sites consultados :

http://3.bp.blogspot.com/_7Om9gVktGnY/Sixj3aCfbEI/AAAAAAAAAFA/wciTsm6Nq24/S1600-R/preparatoria_riodejaneiro.jpg

http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/outros/Acoes%20para%20mulheres%20indigenas.pdf

Fontes: Eduardo Bueno /Zero Hora /Brasil 500 anos
Etiene Molon e Moína Lima
ISA - [Instituto Socioambiental](http://www.instituto-socioambiental.org/)

